

# Relatório aponta países que violam direitos

*Departamento de Estado divulga documento acusando China e outros governos por abusos*

**PAULO SOTERO**  
Correspondente

WASHINGTON — Em sua primeira entrevista à imprensa, na semana passada, a nova secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, disse que seria direta em suas conversas com o governo de Pequim sobre violações de direitos humanos na China. Ontem, a chefe da diplomacia americana mostrou que a preocupação de Washington de buscar relações melhores e mais estáveis com a China não a desviará de sua prometida franqueza. Pela manhã, com menos de uma hora de intervalo, o Departamento de Estado anunciou que Albright visitará Pequim no final de fevereiro e divulgou um relatório anual sobre direitos humanos acusando o governo da China de ter “silenciado os dissidentes” em 1996 e “continuado a cometer maciços e bem documentados abusos contra os direitos humanos, em violação a normas internacionalmente aceitas”.

De acordo com o relatório — que o Congresso americano passou a exigir do Executivo em meados dos anos 70, depois de o país ter mergulhado numa profunda crise de consciência coletiva provocada pelos desastres de Watergate, do Vietnã e dos laços de Washington com ditaduras variadas —, os atentados aos direitos humanos na China “derivam da intolerância das autoridades à discordância, do temor à agitação e da ausência de leis que protejam as liberdades básicas”.

O tom e o conteúdo das críticas parecem tornar impossível ao governo americano distanciar-se de uma controvertida resolução em discussão na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, que censura a China na área das garantias individuais. O documento faz críticas duras também a Rússia, Cuba, Haiti, Indonésia, Coreia do Sul, Birmânia, Turquia, Colômbia e Nigéria.

O Departamento de Estado condena o “uso indiscriminado e desproporcional” da força pela Rússia em sua fracassada tentativa de silenciar a rebelião nacionalista na Chechênia e informa que não houve avanços significativos na proteção aos direitos humanos no país. A Turquia é criticada pelo tratamento dispensado aos curdos. O relatório acusa Ancara de ter desalojado 560 mil curdos em sua campanha contra o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que tanto Washington quanto a Turquia consideram uma organização terrorista.

A ditadura militar da Birmânia é condenada pela crescente repressão às liberdades públicas, apesar da suspensão da prisão domiciliar de Aung San Suu Kyi, filha do fundador do país e líder do movimento pró-democracia.

O texto do relatório condena também o governo da Indonésia, incluído entre os que praticam “sérios abusos contra os direitos humanos”, e adverte que a diminuição dos incidentes de intimidação e violência contra a população e os líderes nacionalistas do Timor Oriental não significa que a situação dos direitos humanos esteja melhorando na antiga colônia portuguesa, anexada por Jacarta nos anos 70.

Já em relação ao Haiti, onde os assassinatos políticos por forças do governo voltaram a aumentar em 1996, o relatório adota uma posição mais complacente, assinalando que “progressos significativos na transição para a democracia continuaram” no governo de René Preval.

Sobre Cuba, o Departamento de Estado afirma que os problemas dos direitos humanos só aumentaram em 1996. Cita como prova a repressão ao grupo pró-democrático Concílio Cubano e a derrubada de dois aviões civis tripulados por militantes anticastri-

tas pela Força Aérea do país, um incidente que levou o presidente Bill Clinton a mudar de posição e apoiar a controvertida lei Helms-Burton. Baseados nessa legislação, os EUA dão-se o direito de aplicar sanções contra empresas de terceiros países que investem em Cuba. De acordo com o documento, aumentaram as restrições na distribuição de publicações estrangeiras e os atos de intimidação contra jornalistas cubanos.

As condições carcerárias do Peru, que motivaram a tomada de reféns em Lima pelo Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA), também foram alvo das críticas de Washington. Ao mesmo tempo, porém, o MRTA e o Sendero Luminoso foram os responsáveis pela maior parte dos assassinatos no país, segundo o relatório.